

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS  
FACULDADE DE LETRAS — UNIVERSIDADE DE COIMBRA



# Cadernos de Geografia

## GEOGRAFIA E GEÓGRAFOS PRESENTES NOS DOIS ÚLTIMOS CONGRESSOS DO ALGARVE (1988 e 1990)

FERNANDO REBELO

Sem dúvida que se encontravam geógrafos no meio dos muitos inscritos nos dois últimos Congressos do Algarve. Alguns eram nossos conhecidos; entre eles, antigos colegas ou antigos alunos hoje a trabalhar na região. Poucos, todavia, apresentaram comunicações. Mas a geografia, essa, esteve bem mais presente nos trabalhos de muitos congressistas não-geógrafos mostrando uma importância de que os geógrafos por vezes parecem não se aperceber...

No 5.º Congresso do Algarve, realizado entre 20 e 23 de Janeiro de 1988, por exemplo, sucederam-se pequenas, mas interessantes comunicações sobre temas arqueológicos, etnográficos e históricos em que a geografia estava mais ou menos directamente implicada.

Salientemos alguns casos.

Ao tratar de «moinhos de maré no rio Arade», António Eduardo Mendonça tocou ao de leve em questões geográficas embora se tenha ficado quase só pela sugestão fotográfica. Quase o mesmo se passou com Laureano Baptista ao referir-se a Pedras d'El Rei, à sua história e características actuais. Por sua vez, Luís Palma foi um pouco mais longe nas considerações de âmbito geográfico introdutórias à sua comunicação sobre «azenhas, moinhos de rodízio e moinhos de vento do Concelho de Loulé».

No entanto, mais importantes para os geógrafos terão sido as comunicações na área da sociologia. Sobre «delinquência numa região em mudança», Maria Viegas explorou a flutuação demográfica e as ocupações profissionais a nível do conjunto do Algarve. João Baptista Pereira Neto deu «o perfil

socio-religioso da população do Concelho de Lagos», enquanto A. Vermelho Corral, para o mesmo Concelho, se preocupou em analisar os estrangeiros que aí fixaram residência. Por seu lado, Maria João Rebelo tentou dar o «perfil antropológico da comunidade piscatória de Alvor», ao mesmo tempo que Maria Angélica Avila de Abreu procurava caracterizar «a mulher de Lagos».

Estudos que podem considerar-se praticamente geográficos foram apresentados por alguns congressistas. Licenciado em Política Social, Américo Telo falou sobre «destilação e comércio de aguardente na Serra de Monchique» fazendo aquilo a que chamou «uma abordagem ecológica». Também João Gomes Horta, dedicando-se a um caso de reabilitação patrimonial (Vila Real de Santo António) e José António de Jesus Martins fazendo uma breve resenha sobre Feiras do Algarve deram contribuições de interesse com características muito próximas daquelas que entendemos por geográficas.

Apresentando-se como geógrafo, Rui Miraldes Rato, Licenciado por Coimbra, dissertou sobre o contributo da Geografia para a regionalização salientando certos aspectos dos programas do ensino secundário; comunicação um tanto teórica, mas indubitavelmente uma chamada de atenção de alguém que sabe até que ponto o conhecimento do meio é fundamental para qualquer ideia de regionalização.

No âmbito das chamadas Ciências da Natureza houve, igualmente, muitas comunicações. Algumas também nos interessaram. Foi o caso de uma sobre «a alteração e a conservação da Cruz de Portugal, em Silves», da autoria de Elda de Castro e de Delgado Rodrigues; trabalho de técnicos em alteração de calcários e no modo de recuperar monumentos neles construídos mostrou o que sobre a matéria já se conhece e já se faz em Portugal. Interessou-nos, do mesmo modo, uma rápida comunicação sobre «o estudo hidrogeológico das nascentes dos Olhos de Água» de T. Kellner e U. G. Lange, uma outra de J. Farinha Ramos, A. Casal Moura e J. Grade sobre «rochas ornamentais algarvias» e, ainda, uma de Filipe Telmo sobre os sedimentos do cordão litoral da «ria» de Faro. Sobre esta última designação convirá notar que os cientistas presentes se dividiram entre «ria» e «laguna» predominando, infelizmente, os que se inclinavam para a «ria»...

Os recursos hídricos do Algarve estiveram em discussão tendo sido apresentadas várias comunicações sobre o tema, todas de grande interesse geográfico quando não autênticos trabalhos de Geografia Física, como a de João M. Loureiro sobre o «regime hidrológico dos rios do Algarve».

Os ecossistemas lagunares foram tratados nas suas múltiplas facetas. Falou-se muito, também, de ordenamento e de «desenvolvimento» da «ria» Formosa. Para aprofundar esses aspectos, todavia, será, sem dúvida, par-

ticularmente importante «o estudo em modelo reduzido da ria de Faro», por agora anunciado em comunicação por dois engenheiros do LNEC, Júlio Barceló e J. E. de Sousa Magalhães. Nas palavras dos seus autores, «embora se trate de um modelo que visa essencialmente a resolução de problemas de hidrodinâmica e fisiográficos, procurar-se-á que possa contribuir também para a resolução de problemas de outras áreas, em particular do Ambiente». Os geógrafos deverão, pois, estar atentos.

Sobre questões ambientais concretas houve diversas comunicações, algumas das quais com interesse geográfico. João A. Santos, Licenciado em Biologia, procurando o máximo da correcção nas bases geográficas que utilizou, propôs um plano rigoroso de «defesa do ambiente no Concelho de Loulé».

Geografia Rural e Geografia Urbana estiveram presentes em várias comunicações e, por vezes, em contraponto. João Baptista Pereira Neto expôs «a evolução da agricultura algarvia no século XX» fazendo o que chamou «uma abordagem antropológica», M. Ladeiras e J. Valamatos Costa falaram sobre o «emparcelamento da propriedade rústica» numa freguesia de Silves, A. F. Leal de Oliveira dissertou sobre «interligações agro-urbanísticas e desenvolvimento regional equilibrado» e José Arez analisou «a pressão urbanística e a decadência da função agrícola no espaço rural do Concelho de Vila do Bispo». Se a profissão de geógrafo só foi vagamente invocada pelo último ao apresentar-se como post-graduado em Etnologia e Geografia, a verdade é que estas quatro comunicações tinham um forte carácter geográfico.

A agricultura e as pescas, a indústria, o comércio e o turismo foram largamente discutidos. Quanto ao turismo, uma vez mais João Baptista Pereira Neto apresentou uma comunicação importante, agora sobre «a evolução do turismo no Algarve nas últimas quatro décadas»; mesmo considerando-a na «perspectiva de um antropólogo» foi uma síntese interessante. Outras, talvez mais geográficas, trouxeram números, mas foram menos sintéticas.

Os geógrafos estiveram activos em matérias ligadas ao turismo. Susana Faisca (geógrafa da CCRA) dedicou-se ao «investimento imobiliário estrangeiro no Algarve» escolhendo o exemplo do período 1980-1985 e ilustrando o seu trabalho com cartogramas de grande eficácia e Maria de Lourdes Poira (geógrafa da Universidade Nova de Lisboa) apresentou um tema de carácter mais geral — «turismo, ambiente e desenvolvimento». Mas, à parte José Carlos Pinto (também docente na U.N.L.) que, com Conceição Dias, ao tratar do «planeamento municipal no Concelho de Lagos», focou alguns aspectos relevantes para o aproveitamento turístico, não foram os geógrafos quem chamou a atenção para casos concretos a promover no campo do turismo como a Serra de Monchique, o Barrocal ou, simplesmente, Aljezur.

Apesar das muitas comunicações de âmbito científico altamente especializadas, a maior parte das comunicações ao 5.º Congresso do Algarve apontava para o inventário histórico, geográfico, antropológico e económico da região no sentido de demonstrar uma unidade, talvez uma identidade cultural, justificativa para a exigência de uma regionalização que no mais curto prazo de tempo concedesse uma certa autonomia ao Algarve. De 20 para 23 de Janeiro de 1988, viveu-se no Hotel Montechoro, em Albufeira, um clima de aumento progressivo de fervor regionalista que atingiu o máximo da intensidade, com as maiores ovações, quando se sucederam trabalhos sobre regionalização e desenvolvimento com referências abertas à necessidade de uma região administrativa. No conjunto desses trabalhos distinguimos o de José Correia da Cunha, intitulado «O Algarve e o Futuro», que insistia «no facto de o Algarve poder constituir no futuro a ponta de lança do nosso processo de regionalização ou seja, a região-piloto do Continente português». A sua formação de geógrafo e a sua grande experiência profissional terão influenciado essa excelente síntese que, passando por referências ao desenvolvimento integrado, ao ordenamento do território e às relações entre o Algarve e a Europa, culminava na conclusão de que «o Algarve dispõe de experiência e meios para conquistar uma certa margem de manobra no contexto nacional».

Realizado no mesmo local, entre 14 e 17 de Fevereiro de 1990, o 6.º Congresso do Algarve perdeu em fervor regionalista o que ganhou em valor científico e aprofundamento da temática algarvia.

História, Arqueologia, História de Arte, Etnologia, Sociologia, Literatura, Economia e Biologia estiveram representadas por muitas comunicações. A algumas delas não se poderá negar um certo interesse geográfico. Por exemplo, António Eduardo Mendonça debruçou-se sobre «moinhos de maré no rio Guadiana», tema que facilmente interessaria qualquer geógrafo. Susana Anacleto falou sobre o «desenvolvimento histórico» do Concelho de Loulé seccionando-o «por séculos» através de mapas que apresentam certo interesse para os cultores da Geografia Histórica, mas que, no respeitante às formas litorais, deixam muitas dúvidas aos geógrafos físicos. Maria Ercília Rodrigues, Licenciada em Sociologia, numa comunicação intitulada «Atlas demográfico: uma tentativa de esboço», apresentou um estudo sobre a evolução demográfica no nordeste algarvio que poderia perfeitamente servir de base para um bom estudo de Geografia da População.

Importantes por conterem informação geográfica ou por se enquadrarem mesmo no âmbito dos estudos geográficos, merecem referência algumas comunicações de outras áreas. Destaquemos a de Silvério Godinho, «Pre-

cipitação máxima provável no Algarve», a de João M. Loureiro e Maria da Conceição Almeida, «Caracterização hidrometeorológica das cheias de Outubro, Novembro e Dezembro de 1989 no sotavento do Algarve», a de José L. Leitão, «Cheias do sotavento algarvio, causas e soluções», e a de Leitão de Freitas e Peixinho de Cristo, «Hidroquímica da água subterrânea relacionada com a sua exploração — campina de Faro, Algarve».

Além destas, no âmbito dos estudos ambientais foram particularmente interessantes as comunicações de A. F. Leal de Oliveira, «Subsídios para a delimitação do Parque Natural de Monchique», e de João A. Santos, «Projecto de intervenção ambiental no vale da Benémola (Loulé)», ambas utilizando cuidadosamente conceitos geográficos, geológicos, biológicos e outros no sentido de valorizar as áreas em causa não só para o turismo, mas também para as diversas actividades económicas que permitam o desenvolvimento económico em equilíbrio com as riquezas da natureza. Muito mais técnica, mas não menos importante foi, nesse mesmo âmbito, uma comunicação sobre risco de erosão de solos no sotavento algarvio apresentada por um conjunto de investigadores da Estação Agronómica Nacional (A. Antunes da Silva e colab.).

Os geógrafos mais ligados à Geografia Económica ganharam certamente em ouvir Armando Bernardo, sobre o «sistema energético do Algarve», João Correia, sobre o Projecto «Mercalgarve», Mercado Horto-Frutícola do Algarve, João Baptista Pereira Neto, sobre «a empresa algarvia num processo de mudança», e Lisete Madeira, sobre a estrutura económica do Algarve.

Outras comunicações tiveram, ainda, interesse geográfico, apesar de nos seus títulos tal não se descortinar com facilidade. Salientamos o caso de uma intitulada «Desenvolvimento cultural do Algarve — A cultura e a sociedade» da autoria de Isilda Martins.

Quanto aos geógrafos, a sua presença notou-se mais na assistência passiva, apesar de nos debates um ou outro aparecer com breves intervenções, embora nunca se assumindo como tal.

Rui M. Rato, porém, voltou a estar activo no Congresso do Algarve, mas desta vez colocou-se numa perspectiva de Geografia Histórica analisando um contributo de Léon Poinard, em *Le Portugal Inconnu* (Paris, 1910), o estudo de quatro famílias, «hortelão e salineiro de Faro, aldeão e carpinteiro de Monchique» que «seriam, em seu entender, famílias da região marítima e da montanha definidoras da sociedade da época» ou seja, dos princípios do século XX.

A polémica «Via do Infante» originou trabalhos e vivas discussões, mas não chegou a ser abordada com a isenção científica que interessaria ao

geógrafo. O mesmo aconteceu com muitas das comunicações sobre turismo e sobre regionalização.

Como acima dissemos, foi mais a Geografia do que os geógrafos que encontramos nos dois últimos Congressos do Algarve. Se pretende defender a sua disciplina, a sua ciência, a sua profissão, o geógrafo tem de ser mais interveniente. Se não quiser intervir, o geógrafo terá, pelo menos, de aparecer em manifestações deste tipo. Há sempre muito de importante para escutar.

Nas suas 1309 páginas contendo 187 comunicações, as Actas do 5.º Congresso do Algarve são um manancial de informação sobre quase todas as matérias que podem interessar a um geógrafo. 841 páginas constituem as Actas do 6.º Congresso; em grande parte das 122 comunicações publicadas encontra-se, igualmente, muita informação. Note-se, todavia, que, ao comemorar o 10.º ano da realização do 1.º Congresso e o 20.º da sua fundação, o Raca! Club de Silves como entidade organizadora apostou, ainda mais, na qualidade. Efectivamente, se alguns dos fervorosos adeptos da regionalização não se sentiram tão contentes como no 5.º Congresso, os observadores imparciais puderam comprovar que o Algarve é agora melhor conhecido em todas as áreas e que isso se deve ao cada vez maior número de cientistas ligados a Universidades (Coimbra, Lisboa, Porto, Évora, Trás-os-Montes, Algarve) e a organismos estatais de investigação aplicada (Estação Agronómica Nacional, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, Instituto Nacional de Investigação das Pescas, etc.) que se dedicam a estudos na região juntando os seus esforços aos de todos os que desde há mais tempo já nela vinham trabalhando.